

PF resgata oito trabalhadores de situação de escravidão

Vítimas atuavam na extração de madeira no sertão pernambucano

Na última quinta-feira (02), uma operação coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/PE) e a Polícia Federal (PF), culminou no resgate de oito trabalhadores em situação análoga à escravidão em Exú, município situado no Sertão de Pernambuco. Os indivíduos resgatados estavam empregados na extração de madeira para empresas vinculadas ao Polo Gesseiro do estado, trabalhando em condições degradantes, insalubres e inseguras.

A ação teve início a partir de denúncia da PF ao MPT, que tomou conhecimento da situação por meio de imagens captadas por drone, evidenciando a atividade laboral em condições precárias no meio da área de mata.

Os trabalhadores foram encontrados em alojamentos improvisados, construídos por eles próprios com lona e madeira, desprovidos de instalações sanitárias adequadas ou proteção contra animais peçonhentos da região. Além disso, a ausência de energia elétrica e água potável tornava a situação ainda mais adversa, sendo a única fonte de água disponível um reservatório com anfíbios.

“Esses trabalhadores eram arregimentados, em sua maioria,



Ascom/MPT

No local foram encontrados alojamentos construídos pelos próprios trabalhadores

na cidade de Jardim Tavares, na fronteira com o estado do Ceará, por dois intermediários. Eles eram transportados pela empresa até o local da extração de madeira e precisavam levar tudo o que iam utilizar no tempo que ficariam isolados na mata”, contou a procuradora-chefe do MPT em Pernambuco, Ana Carolina Lima Vieira.

Durante a operação de resgate, foram constatadas condições de trabalho precárias, sem o fornecimento de Equipamentos

de Proteção Individual (EPI) ou treinamento adequado, além da presença de uma motosserra utilizada sem os devidos cuidados de segurança.

O grupo resgatado, composto por oito homens, incluindo idosos, trabalhava em média 30 dias no local, sem controle de jornada ou registro formal, recebendo remuneração insuficiente, muitas vezes abaixo do salário mínimo.

Após o resgate, os trabalhadores receberam assistência do MPT, que negociou um Termo

de Ajuste de Conduta (TAC) com o empregador. O TAC estabelece o pagamento de indenização por danos morais individuais, além de danos morais coletivos no valor de R\$ 15 mil.

Os trabalhadores também receberam três parcelas do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado e foram assistidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Exú.

Alagoas corre risco de deslizamentos

Desde segunda-feira (6), chuvas intensas têm sido registradas em Alagoas, provocando elevação nos volumes dos rios em todo o estado. Em resposta a essa situação, a Defesa Civil e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) emitiram um alerta hidrológico nesta terça-feira (7), preocupadas com o potencial de transbordamento dos rios que cortam a região.

O alerta abrange os municípios de Coruripe, Jequiá da Praia, Feliz Deserto, Joaquim Gomes, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Maceió, Marechal Deodoro e Pilar. Segundo informações da Defesa Civil, os rios Jequiá e Conduípe já apresentam pontos de transbordamento em Jequiá da Praia e Feliz Deserto. Além disso, riachos como Jacareica e Silva estão em elevação, com possibilidade de transbordamento nas próximas horas.

A elevação no volume de água também é observada nos rios Coruripe e Piauí, devido ao escoamento das águas a mon-

stante. A maior laguna do estado, a Lagoa Manguaba, localizada entre Pilar e Marechal Deodoro, também está com níveis elevados. Na manhã desta terça-feira, o nível da lagoa alcançou 210 centímetros, próxima à cota de transbordamento, que é de 270 cm em Marechal Deodoro.

A Semarh emitiu um alerta na noite anterior, apontando a persistência das chuvas até quarta-feira (8). Os acumulados mais significativos estão concentrados na porção norte do litoral, incluindo a região metropolitana de Maceió e a Zona da Mata alagoana. Nas demais regiões, como o Agreste e Baixo São Francisco, também são esperados elevados acumulados de chuva.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu quatro alertas para o estado, incluindo um amarelo para o sertão alagoano e três de perigo, com risco de alagamentos, deslizamentos de encostas e transbordamento de rios em áreas de risco.



Agência Brasil

Paulo Roberto falta à sessão da CPI e invoca silêncio

Ex-técnico da Braskem não comparece à CPI

O engenheiro Paulo Roberto Cabral Melo, ex-responsável técnico pela Braskem em Alagoas, faltou à CPI da Braskem nesta terça-feira, 7. Beneficiado por habeas corpus para permanecer em silêncio, optou por ausentar-se da sessão. O senador Omar Aziz (PSD-AM) anunciou que medidas serão tomadas para garantir sua presença na próxima semana e seu esclarecimento sobre os temas pertinentes à CPI.

Cabral Melo foi gerente-geral da planta de mineração da Salgema, atual Braskem, em Maceió,

de 1976 a 1997, e é sócio-diretor da Consult Consultoria Mineral, que presta serviços à Braskem. Ele será ouvido como testemunha, sob compromisso.

Segundo o senador Rogério Carvalho (PT-SE), Cabral de Melo é apontado pela Polícia Federal como suspeito em sua atuação como responsável técnico, sendo alvo de mandados de busca e apreensão junto a outros funcionários da Braskem. A CPI investiga os efeitos da responsabilidade jurídica e socioambiental da mineradora Braskem

CORREIO OPINIÃO

A reforma Tributária em curso

Por Ives Gandra da Silva Martins*

Recentemente, participei do XXXVII Congresso de Direito Tributário, promovido pelo Instituto Geraldo Ataliba – IDEPE, em que analisei, ao lado dos melhores tributaristas do Brasil, a reforma tributária em curso.

Quero trazer aos leitores parte da preocupação que externei em minha palestra. Tenho a impressão, pela forma como reagiu o auditorio, que os presentes também demonstram a mesma apreensão.

Todas as notícias propaladas pelos veículos de Comunicação são no sentido de que teremos uma simplificação do sistema tributário advinda da reforma.

Simplificação significa que, do sistema extensivo atual, deveremos ter um sistema muito mais simples, mais compreensível.

Contudo, o que ocorre? A Emenda 132, da Constituição Federal, criou três vezes mais dispositivos do que o sistema atual. Acho muito difícil algo simplificar aumentando o número de dispositivos a serem interpretados.

Revelei a minha grande preocupação, quando o projeto foi aprovado, no ano passado, no Congresso, pois não é possível falar em simplificação se, em nível constitucional, há um aumento considerável de três vezes mais disposições do que se tinha no sistema anterior.

De qualquer forma, ficamos dependentes das disposições dos novos projetos que estão sendo encaminhados.

O primeiro assusta. Para regular 1/3 do novo sistema e substituir em parte o CTN (Código Tributário Nacional) — que possui 218 artigos para disciplinar todos os tributos —, temos um projeto de 360 páginas e 499 artigos!

O que vale destacar é que o nosso Código Tributário, discutido durante 15 anos e que vigorou até agora, tem, repito, 218 artigos, enquanto apenas uma das leis complementares que visam simplificar o sistema tem 499 artigos. E não é a única, teremos outras.

Importante também salientar que, para que se avalie se o sistema vai dar certo ou não, até 2032, quando entrará em vigor, primeiro o CBS em 2026 e depois o IBS, em 2029, teremos dois sistemas vigorando: o atual complexo e caótico, e o novo que terá que ser estudado com três vezes mais disposições constitucionais e com o primeiro dos projetos regulamentadores com 360 páginas e 499 artigos.

Acredito que enfrentaremos um processo extremamente complicado. As empresas necessitarão manter seu atual sistema de controle ao lado de um novo regime. Somente para aplicar o novo sistema com tantos artigos e tantas disposições haverá, certamente, que acrescentar uma nova equipe especializada.

Assim, para simplificar e manter-se até 2032, os dois sistemas juntos, a vida será mais difícil para as empresas. Estou falando do mandato do atual presidente, daquele que vai substituí-lo de 2027 a 2030, e do outro que presidirá o Brasil a partir de 2030. Durante todo esse tempo teremos os dois sistemas juntos. Alerto, pois, para a insegurança jurídica que tudo isso trará.

Quero trazer um último aspecto neste artigo, dentre os outros que abordei em minha palestra: todos os Estados e Municípios médios e grandes

que são chamados exportadores líquidos de bens e serviços, pois passam para os outros Estados mais mercadorias e mais serviços do que recebem, como a incidência será no destino e não mais grande parte na origem, uma parte menor no destino, perderão receita.

Os que vão ganhar ficarão muito satisfeitos, os que vão perder serão compensados pela União, na medida das suas perdas. A União deverá destinar, teoricamente, todo ano R\$ 60 bilhões tanto para cuidar das suas perdas quanto para financiar outras finalidades. Terá, portanto, que destinar todo esse enorme montante para compensar quem vai perder. Será suficiente? Não se sabe.

Se uns ganham, outros não perdem, e a União precisa repassar R\$ 60 bilhões, de quem é que ela retirará o recurso? Ou do aumento de tributação ou de endividamento público.

Então, apesar de querer aceitar a reforma, cada vez mais chego à conclusão de que nós corremos o risco de entrar em um caos tributário e, creio que por essa razão, eles estabeleceram o ano de 2032 para ver se tudo vai correr bem. Esta é a ideia que levou a manter o atual sistema com o novo sistema e à medida que se reduzirem as alíquotas do antigo, aumentar-se-ão as do novo.

Em outras palavras, a sensação que tenho é que corremos o risco, em 2032, — evidentemente, com 89 anos, eu não estarei aqui para ver, mas todos os leitores poderão constatar —, de continuação do velho sistema, porque o novo não deu certo.

Me sinto como naquela piada, pedindo perdão ao meu anjo da guarda por brincar com aquele que é meu protetor e cada um de nós tem um seu anjo da guarda.

É a história daquele cidadão que vem em alta velocidade em um carro, há um sinal amarelo e ele pergunta ao anjo da guarda, vou ou não vou? E ouve do anjo: “vai que dá”. E quando ele está no meio do caminho, vem uma jamanta e as últimas palavras que ele ouviu ainda vivo foi do anjo da guarda, que dizia: “não deu, não”.

Tenho receio que chegaremos em 2032 e concluiremos que “não deu não” e vamos continuar com o velho sistema.

É bem possível que às minhas objeções os sábios da reforma respondam, como Hegel a um discípulo, quando confrontado entre suas ideias e os fatos, “Pior para os fatos”.

*Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifício, UniFMU, do Ciceo/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

CEARÁ

Homem é preso por usar dados de policial federal

A Polícia Federal prendeu um morador de um condomínio de luxo no Eusébio, Região Metropolitana de Fortaleza, suspeito de utilizar informações de um policial federal e outros servidores em atividades criminosas.

A operação “Nunca Será” resultou na prisão preventiva do indivíduo e em busca e apreensão em sua residência.

A investigação foi iniciada após a invasão da conta de um policial federal na Plataforma Gov.br. O suspeito, que se apresentava falsamente como auditor da Controladoria-Geral da União, é acusado de invasão de dispositivo informático e uso de documento falso.

BAHIA

Governo acolhe resgatados de trabalho escravo

O governo da Bahia está planejando o acolhimento dos 36 baianos resgatados de uma fazenda de café em Pancas, Espírito Santo, onde estavam submetidos a trabalho análogo à escravidão. O retorno inclui atendimento prioritário em saúde e assistência social nos municípios de origem das vítimas.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) acompanha a formalização de providências, como a regularização dos direitos trabalhistas, em parceria com órgãos estaduais de combate a esse crime. Os resgatados serão submetidos a um fluxo de atendimento padrão da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetreae Bahia).

SERGIPE

Estado busca investimentos em tecnologia offshore

Uma delegação do governo de Sergipe, liderada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedotec), participa da Offshore Technology Conference - OTC 2024, nos EUA, nos dias 6 e 9 de maio, visando estabelecer conexões no setor energético global.

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia, Valmor Barbosa, destaca o objetivo de promover as potencialidades do estado e buscar oportunidades de negócios para impulsionar o desenvolvimento.

A presença sergipana inclui participação em eventos paralelos e a abertura do Pavilhão Brasil, destacando as vantagens da matriz energética brasileira.

PARAÍBA

Prefeito mantém limites de altura de prédios na orla

O prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena (PP), vetou emendas à Lei Complementar nº 166, publicada no Diário Oficial da Prefeitura, que trata do zoneamento e uso do solo na cidade. O destaque foi para a manutenção das regras sobre a altura máxima de edificações próximas à orla, considerada área de patrimônio ambiental, cultural e histórico.

A legislação estabelece limites para construções dentro de uma área de restrição de 500 metros da orla, mantendo intactas as regras estabelecidas anteriormente, com pequenas mudanças nos critérios de medição para garantir a preservação do patrimônio da cidade.